



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL

**Processo** : TC-004546.989.18-7

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Monte Mor

**Assunto** : Contas Anuais

**Exercício** : 2018

**Prefeito** : Thiago Giatti Assis

**CPF nº** : 195.660.708-02

**Período** : 01/01/2018 a 31/12/2018

**Relatoria** : Dr. Dimas Ramalho

**Instrução** : UR-3 / DSF-2



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Thiago Giatti Assis, responsável pelas contas em exame (Doc. 01).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	Site IBGE-Cidades/2018	58.765 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Audesp/2018	R\$ 213.362.788,11

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2016	2017	2018
IEG-M	B	C	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	C+	C+
i-Educ	B	C+	B
i-Saúde	B	C	C+
i-Amb	B	C+	B
i-Cidade	B+	B+	B+
i-Gov-TI	C+	B	C

A Prefeitura analisada obteve, nos 03 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES na apreciação de suas contas:**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Exercícios	Processos	Pareceres
2014	000114/026/14	Favorável com recomendação
2015	002206/026/15	Favorável com recomendação
2016	004311.989.16-4	Desfavorável com recomendação <sup>1</sup>

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado.

Os resultados das fiscalizações *in loco* apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

<sup>1</sup> Pedido de Reexame em trâmite.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 47 e 83 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento dos apontamentos, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

#### **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

#### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

##### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

A Prefeitura não regulamentou o sistema de Controle Interno, estando em desacordo com o estipulado nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal (fonte: questão nº 30 do IEG-M).

Contudo, houve a designação de servidor para exercer a função do Controle Interno. O servidor foi nomeado através da Portaria nº 3.300, de 13 de novembro de 2013 e exerce a função desde então. Embora possua cargo efetivo, exerce concomitantemente a função comissionada de Diretor de Planejamento Orçamentário e Convênio (Doc. 02).

O responsável pelo Controle Interno disponibilizou o relatório referente ao período de janeiro a dezembro de 2018. Por fim, o relatório do Controle Interno foi enviado ao Senhor Prefeito, que, segundo declaração (Doc. 03), determinou providências no sentido de conter as despesas, restringir as contratações e horas extras, bem como incrementar as receitas.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

A partir da análise dos dados do IEG-M 2018, a Fiscalização destaca os seguintes pontos quanto ao i-Planejamento:

#### 1. **Estrutura:**

- I. Não há estrutura administrativa voltada para planejamento (Referência: questão nº 7);
- II. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade não têm dedicação exclusiva para essa matéria (Referência: questão nº 12);
- III. A estrutura de planejamento não foi criada com cargos específicos - analista/técnico de planejamento e orçamento (Referência: questão nº 8);
- IV. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, não recebem treinamento sobre planejamento. Trata-se de uma boa prática em virtude da necessidade de eventuais substituições ou acréscimo de valores, onde a equipe responsável necessita de ajuda adicional (Referência: questão nº 11).

#### 2. **Execução e Fase de Planejamento:**

- I. Não há relatórios com percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade (Referência: questão nº 25.2);
- II. Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município (Referência: questão nº 25.2);
- III. Na lei orçamentária, há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto. De acordo com a Lei nº 4.320/64, art. 43, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa (Referência: questão nº 20);
- IV. O estabelecimento de percentual para abertura de créditos adicionais suplementares acima da inflação prevista para o exercício pode desfigurar o orçamento original e abrir portas para o déficit de execução orçamentária. Percentual previsto informado no questionário: 20,00% (Referência: questão nº 20.1);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



V. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto, contrariando art. 167 da CF (Referência: questão nº 21).

### **3. Pré-Planejamento - Audiências Públicas**

I. As atas de audiências públicas não são divulgadas na Internet, o que recomenda o artigo 6º da Lei nº 12.527/11 (Referência: questão nº 18.1.1);

II. As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate (Referência: questão nº 18.5);

III. Não há margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular (Referência: questão nº 17);

### **4. Outros:**

Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão (Referência: questão nº 33);

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

#### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema AudeSP, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou deficit, após os ajustes da fiscalização referentes aos empenhos dos encargos patronais anulados.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 227.102.808,00	R\$ 205.789.943,35	-9,3800%	107,5900%
Receitas de Capital	R\$ 268.952,00	R\$ 4.054.592,29	1407,5500%	2,1200%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0000%	0,0000%
Deduções da Receita	R\$ -20.911.760,00	R\$ -18.570.071,97	-11,2000%	-9,7100%
<b>Subtotal das Receitas</b>	<b>R\$ 206.460.000,00</b>	<b>R\$ 191.274.463,67</b>		
Outros Ajustes				
<b>Total das Receitas</b>	<b>R\$ 206.460.000,00</b>	<b>R\$ 191.274.463,67</b>		<b>100,0000%</b>
<b>Déficit de arrecadação</b>		<b>R\$ -15.185.536,33</b>		<b>-7,3600%</b>
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 186.910.424,83	R\$ 162.444.423,98	13,0900%	88,8600%
Despesas de Capital	R\$ 31.396.743,59	R\$ 10.355.805,13	67,0200%	5,6600%
Reserva de Contingência	R\$ 1.170.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 9.302.538,02	R\$ 2.296.136,96	75,3200%	1,2600%
Repasse de duodécimos à CM	R\$ 9.600.000,00	R\$ 8.349.249,12	13,0300%	4,5700%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0000%	0,0000%
Dedução: devolução de duodécimos		R\$ 632.241,54		
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>R\$ 238.379.706,44</b>	<b>R\$ 182.813.373,65</b>		
Outros Ajustes		R\$ 15.648.640,55		
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 238.379.706,44</b>	<b>R\$ 198.462.014,20</b>		<b>100,0000%</b>
<b>Economia Orçamentária</b>		<b>R\$ 55.566.332,79</b>		<b>30,4000%</b>
<b>Resultado Ex. Orçamentária:</b>		<b>- R\$ 7.187.550,53</b>		<b>-3,76%</b>

(Doc. 04 – páginas 01/02)

Constatamos que o Município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições **no valor total de R\$ 73.347.980,15, o que corresponde a 37,26% da Despesa Fixada (inicial)**, acima inclusive do valor autorizado pela LOA (20% conforme comentário no item A.2, subitem IV da parte 2. Execução e Fase de Planejamento), evidenciando falha no planejamento da Municipalidade.

O Município realizou investimento, com base na despesa liquidada, correspondente a 1,9% da receita arrecadada total.

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária e o investimento apresentaram os seguintes percentuais:





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Exercícios	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2017	Déficit de R\$ 8.559.023,74	-4,9900%	2,18%
2016	Déficit de R\$ 7.186.754,81	-4,2000% <sup>2</sup>	4,03%
2015	Déficit de R\$ 5.293.642,21	-3,2200%	3,59%

#### B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ -17.370.855,01	R\$ -26.042.542,95	33,3000%
Econômico	R\$ -8.902.262,45	R\$ -14.049.080,29	36,6300%
Patrimonial	R\$ 39.742.716,45	R\$ 48.346.657,45	17,8000%

(Doc. 04 – página 10)

Contudo, a fiscalização apurou que durante o exercício de 2018 houve anulação de empenhos, no montante de R\$ 15.648.640,55, referente aos encargos sociais patronais devidos pela Municipalidade. Entendemos que os empenhos relativos aos encargos sociais não poderiam ser anulados, pois já estavam liquidados.

Outrossim, deveriam ter sido inscritos em restos a pagar liquidados ao final do exercício e somente baixados no exercício de 2019, após a formalização do Termo de Parcelamento junto ao Regime Próprio de Previdência Social.

Deste modo, ao resultado financeiro deficitário de 2018 acrescentamos o montante dos empenhos anulados, conforme a tabela abaixo:

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	<b>R\$ -33.019.495,56</b>	R\$ -26.042.542,95	26,7900%
Econômico	R\$ -8.902.262,45	R\$ -14.049.080,29	-36,6300%
Patrimonial	R\$ 39.742.716,45	R\$ 48.346.657,45	-17,8000%

<sup>2</sup> Não obstante o valor do exercício de 2016 contabilizado no sistema Audesp tenha registrado um deficit em termos percentuais de 1,30%, a fiscalização, no TC- 004311.989.16, apurou divergência entre o valor do repasse de duodécimo constante do sistema AUDESP e o comprovado pela documentação apresentada pelo Município, elevando o percentual deficitário para 4,20%.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



O resultado da execução orçamentária assim influenciou o resultado financeiro:

Resultado financeiro do exercício anterior	2017	R\$ -26.042.542,95
Ajustes por Variações Ativas	2018	R\$ 122.757.381,54
Ajustes por Variações Passivas	2018	R\$ 130.263.791,20
Resultado Financeiro retificado do exercício de	2017	R\$ -33.548.952,61
Resultado Orçamentário do exercício de	2018	R\$ 529.457,05 <sup>3</sup>
<b>Resultado Financeiro do exercício de</b>	<b>2018</b>	<b>R\$ -33.019.495,56</b>

Haja vista esses números, o déficit orçamentário do exercício em exame fez aumentar, em **26,79%**, o déficit financeiro do exercício anterior, embora tenha sido a Prefeitura alertada tempestivamente por 10 vezes, por esta Corte de Contas (Doc. 05).

#### B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

PASSIVO FINANCEIRO	Saldo Exercício em exame	Saldo Exercício anterior	Final AH%
Restos a Pagar Processados / Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	R\$ 28.878.598,89	R\$ 29.432.298,11	-1,88%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 3.710.187,05	R\$ 4.008.508,50	-7,44%
Demais Obrigações de Curto Prazo	R\$ 3.041.831,89	R\$ 2.272.208,70	33,87%
Outros			
<b>Total</b>	R\$ 35.630.617,83	R\$ 35.713.015,31	-0,23%
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
<b>Total Ajustado</b>	R\$ 35.630.617,83	R\$ 35.713.015,31	-0,23%

(Doc. 06 – Anexo 14A)

Considerando o resultado financeiro deficitário apurado, verifica-se que a Prefeitura não possui recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro, desatendendo o artigo 1º, § 1º, da LRF.

<sup>3</sup> Resultado Orçamentário antes da retificação dos encargos sociais apresentava o valor de R\$ 16.178.097,60.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Ademais, constatamos que o Índice de Liquidez Imediata do órgão é o seguinte:

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	R\$ 18.103.810,14	<b>0,5671</b>
	Passivo Circulante	R\$ 31.920.430,78	

Considerando o índice apurado, verifica-se que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no Passivo Circulante. A apuração efetuada com base nos dados enviados pela origem demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, existe aproximadamente R\$ 0,57 de recursos para pagamento dessas obrigações, com recursos do disponível. Outrossim, verifica-se uma situação favorável em relação ao exercício anterior, que apresentou **índice de liquidez imediata de 0,32**.

### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	R\$ 8.852.721,67	R\$ 9.353.345,70	-5,35%
Precatórios			
Parcelamento de Dívidas:	R\$ 4.606.112,53	R\$ 4.472.617,17	2,90%
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	R\$ 4.606.112,53	R\$ 4.472.617,17	2,90%
Previdenciárias	R\$ 4.606.112,53	R\$ 4.472.617,17	2,90%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	R\$ 13.458.834,20	R\$ 13.825.962,87	-2,73%
Ajustes da Fiscalização	R\$ 64.857.045,55 <sup>4</sup>	R\$32.817.143,35 <sup>5</sup>	
Dívida Consolidada Ajustada	<b>R\$ 78.315.879,75</b>	<b>R\$ 46.643.106,22</b>	<b>59,56%</b>

(Doc. 07)

<sup>4</sup> Os R\$64.857.045,55 referem-se a:

- **R\$ 3.193.008,39** relativos a *Precatórios não contabilizados* – Conforme apontado no item B.1.5 deste relatório, o balanço patrimonial não registra devidamente os haveres referentes aos precatórios. Em contrapartida, constatamos que o DEPRE realizou o sequestro de R\$ 1.838.309,76, correspondente a 1% da Receita Corrente Líquida do Ente, por conta de precatórios devidos e não pagos em 2018. Além disso, na alínea “b” do mesmo item B.1.5, comentamos que R\$1.354.698,63 referentes a precatórios do exercício de 2017 foram indevidamente liquidados e contabilizados como restos a pagar processados do exercício. Consultamos a Origem a respeito do real valor dos precatórios que deveria ter sido contabilizado em 2018, contudo sua resposta juntada no Doc. 07 não deixou claro o valor devido pela Municipalidade. Dessa forma, seguindo o princípio da prudência, que prevê no caso de dúvida e contingências a contabilização do maior valor no passivo e o menor no ativo, consideramos o montante de R\$ 3.193.008,39, que consiste na soma dos dois valores a que nos referimos acima.
- **R\$ 61.664.037,16** relativos a *parcelamentos de dívida com o RPPS*, conforme item B.1.4.1 deste relatório.

<sup>5</sup> Os R\$32.817.143,35 referem-se a:

- **R\$ 3.193.008,39** relativos a *Precatórios não contabilizados* – Conforme comentário 1, tal montante deveria ter constado do Balanço de 2017;
- **R\$ 29.624.134,96** relativos a *parcelamentos de dívida com o RPPS em 2017*, conforme Doc. 06.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### B.1.4.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos abaixo a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485/2017 e/ou pela Portaria nº 333 de 2017:

➤ **Perante o INSS:**

**Parcelamento do processo s/nº - Lei nº 12.996/2014**

Data do Deferimento: 24/11/2014

Valor total parcelado: R\$ 4.925.649,01

Quantidade de parcelas: 180

Parcelas devidas no exercício: 12 (parcelas 39 a 50)

Pagas no exercício: 12 (até dezembro de 2018)

Saldo devedor em 31/12/2018: **R\$ 4.606.112,53**

➤ **Perante o RPPS:**

Lei Municipal autorizadora nº: 2462 de 25/07/2017

**Nº do acordo: Reparcimento do Acordo CADEPREV 2313/2017<sup>6</sup>** –  
Contribuição Patronal, relativa ao período de 08/2014 e 09/2014 e 01/2016 a 12/2016.

Data da assinatura: 01/08/2017

Valor total parcelado: R\$ 18.007.884,50

Quantidade de parcelas: 200

Parcelas devidas no exercício: 12 (parcelas 06 a 17)

Pagas no exercício: 12 (até dezembro de 2018)

Saldo devedor em 31/12/2018: **R\$ 15.948.461,58**

6 Este reparcelamento substituiu o parcelamento nº 654/2017 referente aos exercícios de 2014 e 2016. O referido acordo engloba os parcelamentos de nº 232 e 345/2017. Durante o exercício, houve alteração do referido parcelamento, excluindo as parcelas relativas ao período de 10/2014 a 12/2015 do exercício. Essas parcelas foram objeto de um acordo próprio - CADEPREV 363/2016. Com essa alteração, o valor total parcelado foi alterado de R\$ 30.383.728,16 para R\$ 18.007.884,50, mantendo o prazo final do acordo. Foi feita compensação dos valores na parcela 11/200, do mês de junho, de valor R\$ 174.194,12, que não precisou ser paga. (Doc. 08)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Lei Municipal autorizadora nº: 2232 de 01/12/2015

**Nº do acordo: Acordo CADEPREV 363/2016** – Contribuição Patronal, relativa ao período de 10/2014 a 12/2015.

*O valor devido em 31/12/2018 desse parcelamento era R\$12.725.580,66, todavia, em virtude de descumprimento de critérios estabelecidos em normas que regem os Regimes Próprios, o valor foi objeto de readequação dos termos do parcelamento em 2019, o que elevou a dívida para:*

Valor total parcelado: **R\$ 17.471.871,85**

Quantidade de parcelas: 60

Parcelas devidas no exercício: a partir de abril de 2019

Pagas no exercício: a partir de abril de 2019

Saldo devedor em 27/03/2019<sup>7</sup>: **R\$ 17.471.871,85**

Lei Municipal autorizadora nº: 2511 de 31/10/2017

**Nº do acordo: Acordo CADPREV 621/2018-** – Contribuição Patronal, relativa ao período de 01/2017 a 12/2017.

Data da assinatura: 28/11/2017

Valor total parcelado: **R\$19.333.654,18**

Quantidade de parcelas: 60

Parcelas devidas no exercício: 08 (parcelas 01 a 08)

Pagas no exercício: 08

Saldo devedor em 31/12/2018: **R\$ 16.755.833,62**

Lei Municipal autorizadora nº: 2651 de 27/11/2018

**Nº do acordo: Acordo CADPREV 267/2019** - Contribuição Patronal relativa ao período de 01/2018 a 12/2018, incluído a parcela referente ao 13º salário.

<sup>7</sup> Data da assinatura do referido acordo de parcelamento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



O valor devido em **31/12/2018** era **R\$16.234.161,30**, todavia como a homologação do parcelamento se deu em março de 2019, houve acréscimo de juros e multa, subindo para:

Valor total parcelado: **R\$ 17.278.544,45**

Quantidade de parcelas: 60 - (valor da parcela **R\$ 287.975,74**)

Parcelas devidas no exercício: a partir de abril de 2019

Pagas no exercício: a partir de abril de 2019

Saldo devedor em 17/04/2019<sup>8</sup>: **R\$ 17.278.544,45**

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado. Contudo, a inadimplência verificada em 2018 provocou o aumento do endividamento municipal, postergando o pagamento de despesas presentes estabelecidas na LOA, em prejuízo de futuros exercícios orçamentário-financeiros, contrastando com uma esperada ação fiscal responsável, planejada e transparente.

### B.1.5. PRECATÓRIOS

Em relação aos precatórios devidos pelo município constatamos as seguintes ocorrências:

- a. Não pagamento de precatórios devidos no exercício – Em nossa fiscalização “in loco” constatamos que o Poder Judiciário, mediante a Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos, determinou o sequestro de **R\$1.838.309,76**, os quais se referem ao valor de R\$1.750.786,31, cujo montante correspondente a 1% da Receita Corrente Líquida do ente, conforme dita o Regime Especial no qual se enquadrava o município em 2018, conforme despacho do DEPRE (Doc. 08);
- b. O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Monte Mor não registra o saldo de precatórios devidos pelo município – Durante nossa fiscalização, apuramos que o montante de R\$1.354.698,63 mencionados no relatório das contas de 2017, TC-6789.989.16-7, como saldo remanescente de precatórios, não estavam contabilizados no Balanço Patrimonial da Municipalidade em tela.

<sup>8</sup> Data da assinatura do referido acordo de parcelamento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Questionamos a Administração a respeito desse valor e verificamos que o mesmo fora indevidamente liquidado e lançado como restos a pagar do exercício de 2017.

Em relação à contabilização dos precatórios apuramos:

Verificação	
O Balanço Patrimonial registra, corretamente, as pendências judiciais?	Não

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Saldo de requisitórios devidos e não pagos até 31/12 do exerc. anterior	R\$ 0,00
Requisitórios de baixa monta incidentes do exerc. em exame	R\$ 78.280,99
Pagamentos efetuados no exercício em exame	R\$ 78.280,99
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
<b>Saldo de requisitórios de baixa monta para o exercício seguinte</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Considerando as apurações retro, diante do não pagamento dos precatórios devidos no exercício em exame, podemos considerar a perspectiva de que o órgão não quitará o estoque de precatórios até 2024. Requisitamos informações acerca de eventual novo plano de pagamento proposto e homologado junto ao e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a Administração afirmou que o acordo seria homologado em 2019, referente apenas às parcelas de precatórios devidos a partir deste exercício. Em 2018 houve sequestro dos bens para saldar a dívida do exercício anterior, conforme Doc. 09.

#### B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Parcialmente <sup>9</sup>
4	PASEP:	Sim

<sup>9</sup> Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS em 2018.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo – Instituto de Previdência de Monte Mor (IPREMOR), cujas contas estão abrigadas no Processo TC- 002572.989.18-4.

O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária, conforme certidão da própria Municipalidade (Doc. 10).

Os parcelamentos de valores devidos à Receita Federal do Brasil e ao Regime Próprio de Previdência estão sendo tratados no item B.1.4.1 PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS do presente Relatório.

#### B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal.

#### B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO (Doc. 11).

##### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Erro na informação dos gastos com pessoal - Embora o Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp tenha registrado no 3º quadrimestre o valor de **R\$ 77.470.964,42** como despesa de pessoal do exercício, representando um percentual de **41,38%** da Receita Corrente Líquida, quando da fiscalização “in loco” constatamos que este percentual fora afetado pela **anulação de empenhos no montante de R\$ 15.648.640,55**, referentes a valores de encargos patronais previdenciários devidos ao IPREMOR - não pagos durante o





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



exercício de 2018, sendo objeto de parcelamento – Acordo CADPREV nº 267/19, conforme fls. 12/13 do Doc. 08. A referida anulação gerou valores negativos de Encargos Sociais, relativo aos meses de novembro e dezembro/2018, no cômputo dos gastos de pessoal, como se pode observar no Demonstrativo de Apuração das Despesas de Pessoal – Poder Executivo, emitido pelo AUDESP (Doc. 12).

Procedendo a devida correção, mediante o acréscimo dos referidos empenhos anulados à despesa de pessoal do exercício em exame obtivemos o montante atualizado de **R\$ 93.119.604,97<sup>10</sup>**, que representa um percentual de **49,74%** da Receita Corrente Líquida, o qual, embora tenha ultrapassado o limite de alerta das despesas com pessoal (48,6%), atendeu aos limites da despesa de pessoal previstos no art. 20, III, alínea “b” e no Parágrafo Único do artigo 22, ambos, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	3202	3229	1609	1587	1593	1642
Em comissão	171	171	119	122	52	49
Total	3373	3400	1728	1709	1645	1691
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do Ex. em exame	
Nº de contratados	333		322		280	

(Doc. 13)

Outrossim, constatamos divergência entre os dados do quadro de pessoal informado ao sistema AUDESP e a realidade verificada “in loco”. Enquanto a informação enviada ao AUDESP registra 958 cargos efetivos, 563 ocupados e 396 vagas não providas (Doc.14), a Origem informou que existem 3229 cargos efetivos, 1587 ocupados e 1642 vagas não providas.

<sup>10</sup> R\$ 15.648.640,55 + R\$ 77.470.964,42 = R\$ 93.119.604,97



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Por conseguinte, **a diferença apurada é de 337%** se compararmos os cargos efetivos e **281%** se compararmos os cargos providos, entre os dados informados ao sistema AUDESP e os obtidos quando da fiscalização, o que compromete a fidedignidade dos dados enviados ao sistema AUDESP pela Municipalidade.

#### B.1.9.1 CARGOS EM COMISSÃO

Preliminarmente, oportuno consignar que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988).

Por sua vez, os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia ou assessoramento (art. 37, inc. V, da Constituição da República). No exame das contas de 2015, este E. Tribunal recomendou à Prefeitura Municipal de Monte Mor que cumprisse os requisitos do inciso V do artigo 37 da Constituição Federal (TC-002206/026/15, Rel. Conselheiro Antônio Roque Citadini, DOE 14/03/2018). Recomendação neste mesmo sentido ocorreu no exame das contas de 2016 (TC-004311.989.16-4, Rel. Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, DOE 06/12/2018).

Desse modo, tendo em vista a recomendação exarada pela E. Corte de Contas nos pareceres das contas relativas aos exercícios de 2015 e 2016, a Fiscalização efetuou um levantamento dos cargos em comissão com as suas respectivas atribuições e constatou que as impropriedades registradas ocorreram no período em exame.

Até 31/12/2018, constavam, no quadro pessoal da Prefeitura de Monte Mor, **122** cargos em comissão providos, sendo (Doc. 12 – páginas 03/05):

- **11 Secretários Municipais;**
- **67 Assessores**, dos quais:
  - 24 Assessores I;
  - 16 Assessores II ;
  - 18 Assessores III ;
  - 03 Assessores IV ;
  - 02 Assessores de Educação;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- 04 Assessores Institucionais;
- **23 Chefes de Departamento / Unidade;**
- **16 Diretores de Departamento / Unidade;**
- **01 Procurador Geral do Município;**
- **01 Coordenador do Serviço de Atendimento à Mulher.**
- **01 Comandante da Guarda Municipal;**
- **01 Chefe de Cerimonial;**

No exercício examinado foram nomeados **12** servidores para cargos em comissão, cujas atribuições não possuem, em sua totalidade, características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal), senão vejamos:

Descrição Cargo	Grau de Instrução
ASSESSOR I	<b><i>SUPERIOR INCOMPLETO</i></b>
ASSESSOR I	<b><i>ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO</i></b>
ASSESSOR I	<b><i>ENSINO MÉDIO COMPLETO</i></b>
ASSESSOR I	SUPERIOR COMPLETO/ADMINISTRAÇÃO
ASSESSOR II	<b><i>ENSINO MÉDIO COMPLETO</i></b>
ASSESSOR III	<b><i>ENSINO MÉDIO COMPLETO</i></b>
CHEFE DE ENSINO FUNDAMENTAL	SUPERIOR COMPLETO/DIREITO
CHEFE DE INFRAESTRUTURA E SERV RURAIS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CHEFE DE LIMPEZA URBANA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CUIDADOR DE CRIANÇAS	SUPERIOR COMPLETO/ADMINISTRAÇÃO
DIRETOR DE EDUCACAO	SUPERIOR COMPLETO/PEDAGOGIA
DIRETOR DE SUPRIMENTOS	SUPERIOR COMPLETO/DIREITO

Sobre a matéria, entendemos necessário definir a natureza dos cargos em comissão, diferenciando-os dos cargos de provimento efetivo. Conforme ensina Hely Lopes Meirelles<sup>11</sup>:

“A investidura efetiva é própria dos cargos em quadro permanente da Administração, ocupados pela grande massa do funcionalismo, com provimento inicial por concurso, para o desempenho de atividades técnicas e administrativas do Estado, com caráter de exercício profissional. Diversamente, **a investidura em comissão é adequada para agentes públicos de alta categoria**, chamados a

<sup>11</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 35ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 84.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



prestar serviços ao Estado, sem caráter profissional, e até mesmo de natureza honorífica e transitória.” (g.n.)

Ainda sobre a matéria, imprescindível transcrever excerto do voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dimas Eduardo Ramalho, nos autos do TC-001143/026/09, em sessão da Primeira Câmara (DOE 19/03/2013):

**“(…) Os cargos em comissão devem servir ao assessoramento de alto nível, exigindo-se, por conseguinte, a compatível qualificação profissional do ocupante. É inconcebível que pessoas sem grau de instrução adequado, promovam assessoramento nos moldes trazidos pela Constituição Federal.** Vale salientar que os cargos em comissão não foram criados para atividades ordinárias e burocráticas da Administração, devendo ser utilizados em posições estratégicas e imprescindíveis para potencializar e elevar o nível da gestão pública. Isso ocorre através da possibilidade de utilização de pessoas dotadas de relevante qualificação ou notória experiência na respectiva área, sem necessidade de concurso público (…).” (g.n.)

As atribuições dos mencionados cargos foram definidas através da Lei Municipal n.º1535/2011, alterada pelas Leis Municipais n.º 2077/15 e n.º 2385/17. No caso em tela, entendemos que **06** dos cargos em comissão providos em 2018 não possuem características de direção, chefia ou assessoramento, em descumprimento ao art. 37, II e V, da CF (posição: 31/12/2018).

Vejamos caso a caso, considerando as atribuições e os requisitos para o provimento dos cargos comissionados, fixados através da Lei Municipal n.º1535/2011, alterada pelas Leis Municipais n.º 2077/15 e n.º 2385/17 (Doc.15).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### I - ASSESSOR I

Funções: Acompanhar o agente político no desempenho de suas atribuições; fazer transporte de valores e documentos de caráter reservado, sob ordens diretas do agente político; exercer outras atividades de caráter operacional; elaborar e implementar consultas solicitadas pelo agente político; compilar dados e informações de interesse da unidade administrativa; organizar reuniões de trabalho; elaborar relatórios de atividades; desenvolver projetos na sua área de atuação, além de outras atribuições outorgadas por seu superior hierárquico.

### II - ASSESSOR II

Funções: Planejar as etapas do processo de trabalho; levantar informações de caráter complexo solicitadas pelo agente político; oferecer subsídios para a definição das diretrizes operacionais da unidade administrativa; implementar os programas de ação selecionados pelo secretário da área; elaborar relatórios de prestação de contas das atividades desenvolvidas na secretaria; elaborar e analisar cenários sobre temas solicitados pelo agente político; identificar prioridades; participar de grupos de trabalho integrados por servidores de diversas unidades da Administração e de outros designados para a eficiência do serviço público; monitorar o desempenho dos sistemas sob responsabilidade do agente político; tabular dados coletados a pedido do secretário da área; elaborar relatórios, planilhas e demonstrativos para utilização em reuniões ou quaisquer outras atividades de trabalho, além de outras atribuições outorgadas por seu superior hierárquico.

### III - ASSESSOR III

Funções: Elaborar pareceres e redigir relatórios solicitados pelo agente político; auxiliar na definição de diretrizes, metas e ações a serem desenvolvidas na sua área de atuação; planejar ações estratégicas; auxiliar o agente político na preparação e realização de eventos sob a responsabilidade da respectiva secretaria; propor normas e rotinas que otimizem os resultados pretendidos; supervisionar a elaboração e a implementação de planos, programas e projetos desenvolvidos no âmbito da respectiva Pasta, além de outras atribuições outorgadas por seu superior hierárquico.

### IV – ASSESSOR IV

Funções: Elaborar estudos e opinar sobre questões de sua área de atuação; planejar ações estratégicas; auxiliar o agente político na preparação e realização de eventos sob a responsabilidade da respectiva secretaria; propor normas e rotinas que aperfeiçoem os resultados pretendidos; supervisionar e participar da elaboração e implementação dos planos, programas e projetos desenvolvidos no âmbito da respectiva Pasta.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



#### V – ASSESSOR DA EDUCAÇÃO

Funções: Assessorar diretamente o Prefeito Municipal nas áreas relacionadas à educação e ao Secretário da respectiva pasta, especialmente com respeito ao seu planejamento; acompanhar a execução de projetos específicos; colaborar para promover a integração da Secretaria da Educação com as demais Secretarias Municipais; possibilitar a dinamização dos processos de gestão dos convênios, alcançando a eficiência e celeridade necessárias em todos esses processos; praticar todos os atos necessários para cumprir as atribuições que lhe forem especialmente delegadas pelo Prefeito.

#### V - ASSESSOR INSTITUCIONAL

Funções: Assessorar diretamente o Prefeito Municipal na implantação e coordenação de áreas e projetos específicos; orientar e coordenar as atividades dos órgãos da Administração Municipal, nas suas respectivas áreas de competência; apresentar anualmente ao Prefeito o relatório dos serviços e atividades desenvolvidas; colaborar para promover a integração das Secretarias e Autarquias Municipais; possibilitar a dinamização dos processos de gestão administrativa, alcançando a eficiência e celeridade necessárias em todos esses processos; praticar todos os atos necessários para cumprir as atribuições que lhe forem especialmente delegadas pelo Prefeito.

Por conseguinte, como descrito acima, as atribuições dos cargos de Assessor I, II, III e IV, Assessor da Educação e Assessor Institucional, descritas na Lei Municipal 1535/2011, são bastante sucintas. As atividades são descritas de forma vaga e genérica, descrevendo muitas vezes atividades burocráticas que fogem às características de assessoramento, além disso, a maioria dos servidores que ocupam esses cargos não possui nível universitário o que não compatibiliza com a função de assessoramento<sup>12</sup>.

- <sup>12</sup> Levando-se em conta que o Novo Dicionário Jurídico Brasileiro de José Náfel traz a seguinte definição para assessor e assessor técnico:

*“Assessor - Jurisconsulto ou pessoa versada em direito que assiste o juiz leigo, com o fim de orientá-lo na condução da causa e seu julgamento, O mesmo que consultor-jurídico, nas circunstâncias assinaladas;*

*Assessor-Técnico – Pessoa que possui conhecimentos especializados sobre determinada matéria ou assunto de administração pública, que presta seus serviços junto a autoridade, com o fim de orientá-la e aconselhá-la naquilo que se enquadrar em sua especialidade”.*

De acordo com essas definições, pressupõe-se que, para o exercício das funções de assessoramento, deveria se requerer do postulante, no mínimo, curso superior na área do respectivo cargo. Como boa parte dos assessores contratados não tem essa formação, concluímos que os referidos cargos não exigem maiores conhecimentos para seu exercício, portanto não se referem a funções de assessoramento;



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura – Lei Municipal nº 1.618, de 26/03/2012 (Prefeito e Vice-Prefeito) e Lei Municipal nº 1.283 de 03/12/2008 (Secretários)	R\$ 6.818,90	R\$ 7.000,00	R\$ 12.000,00
(+) 6,00% = RGA 2013 em maio/13 – Lei Municipal nº 1.724, de 07 de maio de 2013	R\$ 7.228,03	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00
(+) 7,00% = RGA 2014* em maio/14 – Lei Municipal nº 1915 de 27 de maio de 2014	R\$ 7.733,99	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00
(+) 7,00% = RGA 2015* em maio/15 – Lei Municipal nº 2134 de 19 de maio de 2015	R\$ 8.275,37	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00
(+) 10,67% = RGA 2016* em abril/16 – Lei Municipal nº 2.278 de 01 de maio de 2015	R\$ 9.158,35	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00
Em 2017 não houve RGA	R\$ 9.158,35	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00
(+) 3,00% = RGA 2018* em novembro/18 – Lei Municipal nº 2.597 de 19 de junho de 2018 (os reajustes tiveram como referência o mês de junho de 2018, pela aplicação do percentual de 0,5%, cumulativa e mensalmente até novembro, quando totalizou 3%)	R\$ 9.436,55	R\$ 7.420,00	R\$ 12.720,00

**\*concedido somente para Secretários Municipais**

Verificações		
1	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
2	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Sim
3	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Sim
4	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992? (Doc. 16)	Sim
5	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares? (Doc. 16)	Sim

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice C+

A partir da análise dos dados do IEG-M 2018, a Fiscalização destaca os seguintes pontos quanto ao **i-Fiscal**:

#### 1. Dívida Ativa:

- I. Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80 (Referência: questão nº 13 do I-Fiscal);
- II. O recebimento da dívida em relação ao estoque inicial foi menor que 10% - Resultado do Indicador: 4,55% (Referência: questão nº F12 do I-Fiscal);

#### 2. Estrutura - Administração Tributária

- I. Não há normatização da estrutura organizacional da administração tributária. A Administração tributária é responsável pela arrecadação do município (geração de receita), ou seja, interpreta e aplica a legislação tributária quando houver uma obrigação tributária, principal ou acessória; assim como responde administrativamente nos processos tributários. Possuir uma estrutura administrativa denota maior transparência e maior foco nas atividades arrecadatórias (Referência: questão nº 3 do I-Fiscal);
- II. O município não tem adotado medidas efetivas para aumento da arrecadação, apesar do cenário econômico de baixo crescimento (Referência: questão nº 4 do I-Fiscal).

#### 3. Impostos, Taxas e Serviços

- I. Na cobrança de IPTU não são adotadas alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel como permite o art. 156 da CF. O município adota programa de isenção de IPTU. (Referência: questão nº 7 e 8 do I-Fiscal);
- II. O município não estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel, conforme Súmula 656 – STF (Referência: questão nº 11 do I-Fiscal);
- III. Nenhuma renúncia, decorrente da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, é precedida de estudos do impacto orçamentário-financeiro, nos termos do Artigo 14 da LRF (Referência: questão nº 12 do I-Fiscal).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### 4. Previdência:

- I. O município não possui Certificado de Regularidade Previdenciária no prazo de validade (Referência: questão nº 18.1 do I-Fiscal);
- II. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social do ano de 2018 não foram realizados de acordo com a Lei nº 8.212/91 (Referência: questão nº 1 do I-Fiscal).

### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

#### B.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio de Lei Municipal nº 1016, de 30 de dezembro de 2012, cuja arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços correlatos, tiveram a seguinte configuração no exercício em exame:

<b>Saldo em 31.12.2017</b>	R\$ 162.839,34
Rendimentos de aplicações financeiras	R\$ 29.597,05
Valor arrecadado com no exercício	R\$ 4.323.086,23
Ajustes da Fiscalização	-
<b>Disponibilidade total</b>	<b>R\$ 4.515.522,62</b>
<b>Despesas realizadas no exercício, das quais:</b>	<b>R\$ 3.421.595,08</b>
- Despesas com Iluminação Pública	R\$ 1.112.481,64
- Despesas com Desvinculação da Receita da CIP 30%	R\$ 1.140.773,06
- Ajustes da Fiscalização (Referente a transferências entre contas sem vinculação ao custeio do serviço de Iluminação Pública) <sup>13</sup>	
➤ Transferências entre contas referente ao crédito para o Banco Caixa Econômica Federal, Agência: 1227, Conta Corrente: 06.000.002-3 – <b>R\$ 450.000,00.</b>	
➤ Transferências entre contas referente ao crédito para o Banco Caixa Econômica Federal, Agência: 1227, Conta Corrente: 06.000.048-1 – <b>R\$ 277.000,00.</b>	
➤ Transferências entre contas referente ao crédito para o Banco do Brasil, Agência: 2324-8, Conta Corrente: 100.007-1 - <b>R\$ 1.340,38</b>	<b>R\$ 728.340,38</b>
<b>Saldo no final do exercício fiscalizado</b>	<b>R\$ 1.534.027,54</b>

<sup>13</sup> Conforme quadro preenchido pela própria Municipalidade (Doc. 17), em cotejo com os extratos bancários da Conta de Iluminação Pública.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



A Origem informou que houve desvinculação de parte da receita, no valor de **R\$ 1.140.773,06**, da conta de Iluminação Pública para a conta movimento da Prefeitura, do Banco do Brasil, conforme o documento de movimentação bancária (Doc.18), o que corresponderia a 23,24% do valor arrecadado no exercício.

Outrossim, a fiscalização apurou aplicação indevida de recursos vinculados da CIP, no montante de **R\$ 728.340,38**, transferidos da conta de Iluminação Pública, sem a correspondente vinculação. Requisitamos à Origem extratos bancários para comprovação da destinação do referido recurso e verificamos que esses valores não foram destinados ao pagamento de custeio do serviço de Iluminação Pública pela Municipalidade.

Em regra, o administrador público somente pode aplicar os recursos advindos da CIP exatamente no objeto que deu causa à sua instituição, não tendo ele o poder discricionário de direcionar tais recursos para fins diversos, que não sejam aqueles oriundos de sua finalidade, inclusive não podendo utilizar a CIP para melhoramento e expansão da rede de iluminação, circunstância que se afasta da autorização legal de apenas servir ao custeio do valor gasto com o serviço de iluminação pública. Não obstante, desde 1º de janeiro de 2016, a Emenda Constitucional nº 93, de 08/09/2016 permite a desvinculação de até 30% da receita arrecadada no ano para fins diversos à sua instituição.

Isto posto, a desvinculação de parte da receita da conta de Iluminação Pública, somando-se os valores declarados pela Municipalidade com a desvinculação do período e os valores apurados pela fiscalização, **foi de R\$ 1.869.113,44, correspondendo a 43,23% da receita arrecadada com a referida contribuição no exercício, restando demonstrado, s.m.i., o desvio de finalidade e ofensa ao princípio da transparência na Administração Pública.**

Por conseguinte, apuramos que a desvinculação da receita não foi realizada com respaldo na Emenda Constitucional nº 93, de 08/09/2016, que permite a desvinculação de até 30% da receita arrecadada no ano, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### B.3.2. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos a inobservância da ordem cronológica de pagamentos, tendo em vista os dados inseridos no sistema AUDESP (Doc. 19).

O regramento da Ordem Cronológica decorre do próprio artigo 5º, da Lei nº 8.666, de 1993, segundo o qual "cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de **bens, locações, realização de obras e prestação de serviços**, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades". A própria Lei nº 8.666/93 permite que haja exceção à ordem cronológica de pagamento, quando presentes **relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa, devidamente publicada**".

Questionamos a Origem quanto às razões da quebra da Ordem Cronológica e se houve publicação prévia das justificativas. Em resposta, a Municipalidade apresentou declaração em que afirmou não ter havido prévia justificativa publicada da quebra da Ordem Cronológica (DOC. 20).

A inobservância sistemática da Prefeitura de Monte Mor em descumprir a Ordem Cronológica de Pagamentos já foi objeto de recomendações e advertências recorrentes desta Corte, notadamente no julgamento das contas anuais de 2015, TC - 0002206/026/15 e 2016, TC - 004311/989/16.

Outrossim, objetivando assegurar a transparência administrativa e em atenção às determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o órgão ou entidade deveria disponibilizar mensalmente no seu sítio na *Internet* a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem. Nesta esteira, procuramos essa informação no site da Prefeitura Municipal e não encontramos.

### B.3.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA – TESOURARIA

III Fiscalização Ordenada 2018, de 12 de junho de 2018.			
Tema	Tesouraria		
Evento destes autos em que o Relatório foi inserido	Evento 26		
Processo específico que	Nihil		



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



trata da matéria nº			
Outras observações			
<b>Irregularidades</b>	<b>constatadas</b>	<b>na</b>	<b>inspeção da Ordenada:</b>
1. A função de tesoureiro é exercida por servidor ocupante de cargo em comissão; 2. Não existe normatização sobre os responsáveis pela movimentação bancária; 3. Não existe Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prédio onde funciona a Tesouraria; 4. Existe disponibilidade de caixa depositada em banco privado (Santander) e , segundo a origem, foi firmado um convênio para a arrecadação de tributos municipais junto ao referido banco; 5.Os boletins de caixas e bancos ficam disponibilizados somente no sistema, não se encontrando arquivados com a assinatura do responsável pela tesouraria; 6. Existência de conciliações bancárias atrasadas. A última concluída data de 31/01/2018. As conciliações apresentadas não continham as assinaturas do responsável pela tesouraria e da contadora. Não existem evidências documentais de que o controle interno analisa as conciliações bancárias.			
<b>Constatações in loco:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não obstante a Origem tenha apresentado o decreto de nomeação do servidor responsável como sendo servidor efetivo da Prefeitura, ocupante do cargo de Assistente Chefe de Expediente, a função de tesoureiro é provida por meio de cargo em comissão.</li><li>• Para esclarecer este ponto, a Prefeitura apenas apresentou o ofício nº 4/2017, enviado ao Banco do Brasil à época, no qual relacionava o nome dos servidores responsáveis pela movimentação das contas da Municipalidade.</li><li>• A Origem informou que solicitou, em 07 de maio de 2019, as providências necessárias para a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.</li><li>• O responsável pela Tesouraria informou que a conta no Banco Santander é utilizada apenas para a arrecadação de tributos e, atualmente, o referido Banco é também responsável pela folha de pagamento da prefeitura (Pregão Presencial 55/18).</li><li>• Quanto aos itens 5 e 6, a Prefeitura asseverou que os boletins de caixa, bancos e a falta de assinatura foram regularizados. Informou também que as conciliações bancárias do exercício de 2018 foram concluídas.</li></ul>			

### B.3.4. DÍVIDA ATIVA

Movimentação da Dívida Ativa	2017	2018	AH%
Saldo inicial da Dívida Ativa	R\$ 69.602.607,57	R\$ 82.829.635,20	19,00%
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado	R\$ 69.602.607,57	R\$ 82.829.635,20	19,00%
Saldo inicial da Provisão para Perdas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Total	-	-	
Total Ajustado	-	-	
Recebimentos	R\$ 4.053.257,46	R\$ 3.766.873,67	-7,07%



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
<b>Recebimentos Ajustados</b>	<b>R\$ 4.053.257,46</b>	<b>R\$ 3.766.873,67</b>	<b>-7,07%</b>
<b>Cancelamentos</b>	<b>R\$ 1.465.878,37</b>	<b>R\$ 835.826,75</b>	<b>-42,98%</b>
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
<b>Cancelamentos Ajustados</b>	<b>R\$ 1.465.878,37</b>	<b>R\$ 835.826,75</b>	<b>-57,02%</b>
<b>Valores não Recebidos</b>	<b>R\$ 64.083.471,74</b>	<b>R\$ 78.226.934,78</b>	<b>22,07%</b>
<b>Valores não Recebidos Ajustados</b>	<b>R\$ 64.083.471,74</b>	<b>R\$ 78.226.934,78</b>	<b>22,07%</b>
<b>Inscrição</b>	<b>R\$ 18.746.163,46</b>	<b>R\$ 13.592.764,66</b>	<b>-27,49%</b>
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
<b>Inscrições Ajustadas</b>	<b>R\$ 18.746.163,46</b>	<b>R\$ 13.592.764,66</b>	<b>-27,49%</b>
<b>Juros e Atualizações da Dívida</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
<b>Juros e Atualizações da Dívida Ajustada</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	
<b>Saldo Final da Provisão para Perdas</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
Inclusões da Fiscalização			

Constatamos a seguinte ocorrência em relação à Dívida ativa:

Cancelamento indevido de Dívida Ativa – Em nossa fiscalização “in loco” solicitamos à Administração que nos apresentasse a fundamentação jurídica para os cancelamentos de dívida ativa ocorridos em 2018. Todavia, dos R\$ 835.826,75 cancelados foram apresentadas justificativas apenas para R\$ 515.898,12. Questionada a respeito da diferença apurada de R\$ 319.928,63, a Origem admitiu, mediante declaração (Doc. 21), que foram cancelados indevidamente. Dada à relevância do tema, em especial à manutenção de direitos no Balanço da municipalidade, **SUGERIMOS QUE A PRÓXIMA FISCALIZAÇÃO ATENTE PARA A CORREÇÃO DA FALHA.**

### B.3.5 OBRA PARALISADA

Conforme levantado na VI Fiscalização Ordenada de 2017, a obra da UBS do Jd. Paulista encontrava-se paralisada. Nesta fiscalização dirigimo-nos ao local e fomos informados de que as obras estão sendo retomadas, contudo, o





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



tempo de paralização pode ter um impacto grande no custo final da obra. Durante visita ao local da obra, conforme fotos abaixo, averiguamos que havia alguns trabalhadores fazendo limpeza do local e também constatamos que as partes metálicas da construção, como portas, apresentavam um grau preocupante de deterioração. **SUGERIMOS À PRÓXIMA FISCALIZAÇÃO QUE VERIFIQUE A CONCLUSÃO DO EMPREENDIMENTO.**



### B.3.5.1 Irregularidades em Unidade de Saúde

Visitamos a Unidade de Saúde da Família Jorge Calil em Monte Mor e constatamos as seguintes irregularidades





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



#### a. Precariedade das instalações:

- Pintura desgastada – A pintura fachada do prédio está bastante danificada;



- Piso danificado;



- #### b. Acondicionamento inadequado de medicamentos – Caixas, vidros de medicamentos e ampolas são acondicionados em caixas de papelão improvisadas e não em caixas plásticas devidamente projetadas para proteger e manter a higiene e integridade dos remédios;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- c. Descarte de medicamentos por vencimento da validade – o que induz a má utilização dos recursos públicos.



- d. Falta de local adequado para armazenamento – diversos materiais, caixas, sacos pretos com insumos e materiais de uso médico são indevidamente armazenados em corredores e sobre armários, dificultando o tráfego de pessoas e conferindo um ar de desleixo ao local.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### PERSPECTIVA C: ENSINO

#### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audesp e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,95
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,92
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	23,66
<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	95,16
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	78,03
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	78,03



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	73,18
--	-------

Conforme quadro acima, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal, pois, embora a Municipalidade tenha efetivamente pago durante o exercício de 2018 o percentual de 23,66% de recursos próprios como despesas de educação, até 31/01/2019 a Prefeitura pagou o valor de **R\$ 2.960.038,45**, inscritos como restos a pagar em 2018, perfazendo um total de aproximadamente **25,98%**.

Ainda, houve utilização de todo o FUNDEB recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a utilização do saldo restante, no valor de **R\$ 2.127.203,22**, efetuados até 31/01/2019, observando-se o art. 21, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A fiscalização, por amostragem, não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

#### C.1.1 INSUFICIÊNCIA DE VAGAS NO ENSINO INFANTIL

A educação é “direito de todos e dever do Estado” (art. 205, caput, CF). Neste sentido, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade” (art. 208, IV, CF). Há de se destacar, ainda, que o princípio da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” encontra-se expressamente previsto no texto constitucional (art. 206, IV, CF), sendo que “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente” (art. 208, § 2º, CF). Por fim, importante consignar que “os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (art. 211, § 2º, CF).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Não obstante os percentuais apurados, a fiscalização colheu *in loco* informações sobre a situação da oferta de vagas escolares, com discriminação por faixas etárias, conforme consta da tabela adiante, ao final de 2018:

NÍVEL	DEMANDA VAGAS	POR	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	1764		1495	15,25%
Ens. Infantil (Pré escola)	1925		1925	0,00%
Ens. Fundamental	7418		7418	0,00%

A prefeitura fez, no exercício de 2018, pesquisa para levantar o número de crianças que necessitavam de creche, por meio de dados do sistema SAENET, que é alimentado com as inscrições realizadas nas creches da Municipalidade. (fonte: questão nº 2 e 2.1 do IEG-M).

Entretanto, conforme informações do quadro acima, em cotejo com as informações apuradas quando da fiscalização “*in loco*”, existe **deficit** entre demanda e oferta de vagas no segmento Creche. Este deficit é ainda maior se utilizarmos os números atualizados até a data da fiscalização, em 08/05/2019, de **471 crianças** em lista de espera por vagas em creche.

Outrossim, a demanda reprimida de vagas por creche já foi objeto de recomendações e advertências recorrentes desta Corte, notadamente no julgamento das contas anuais de 2015, TC-0002206/026/15 e 2016, TC-004311/989/16.

Em resposta, a prefeitura informou que durante a gestão atual algumas Unidades Escolares foram ampliadas, bem como foram construídas 02 creches – E.M. Professora Doracina Assis Pereira e E.M. Dorothea Bauer de Lucas. Ademais, segundo a Municipalidade, mais 02 creches estão sendo construídas, nos bairros Quinhões da Boa Esperança e São Clemente.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Contudo, a fiscalização verificou atrasos e diversos problemas na construção da creche, do bairro de Quinhões, objeto da VIII Fiscalização Ordenada de 2018.

Na data da fiscalização ordenada, em 29 de novembro de 2018, a obra tinha como prazo final de execução **dezembro de 2018**, o que não se confirmou. Durante a fiscalização de encerramento das Contas Anuais de 2018, realizada em 09/05/2019, retornamos à Obra e constatados alguns problemas, tais como: **infiltrações no teto de algumas salas de aula, fachadas bastante castigadas pelas chuvas, falta de placa de identificação da obra e atrasos no cronograma-financeiro.** Além disso, **não existe um acesso definitivo à creche.** Atualmente, o acesso é feito por meio de uma estrada de terra, bastante precária, o que possivelmente demandará um tempo maior para que a creche comece a funcionar.

Não obstante, durante o exercício de 2018, houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, **no montante de R\$ 3.165.419,57**, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche. Segundo o art. 11, inciso V da LDB, é permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades da área de competência do município e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Fonte: Relatório Smart - questão nº 2.3 do I-Educ).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Foto da possível entrada da creche. Não existe rua que dê acesso à escola.



Problemas nas futuras salas de aula, devido a infiltrações causadas pelas chuvas.



Fachada da entrada, onde serão as instalações da cozinha da creche.



Futuro local de entrada da creche, com o acesso provisório para se chegar ao local.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Local onde ficava a placa de identificação da obra, que foi queimada em anos anteriores e não foi repostada.



Fachada de um dos lados da Creche

#### C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B

A partir da análise dos dados do IEG-M 2018, a Fiscalização destaca os seguintes pontos quanto ao **i-Educ**:

1. A prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2018. Quesito tem como base as boas práticas do controle da qualidade do ensino no âmbito municipal, auxiliando no atingimento da meta nº 7 do PNE, especialmente no que tange a Estratégia 4 (Referência: questão nº 5 do I-Educ);
2. Menos de 25% dos alunos de pré-escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2018 (Meta 6 do PNE) - Referência: questão nº 41 do I-Educ;
3. Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2018 (Meta 6 do PNE). - Referência: questão nº 41 do I-Educ;
4. A quantidade de matrículas de Creche, Pré-escola e Anos Iniciais informada pelo município é divergente dos dados do censo escolar (Referência: questão nº 2.2, 3.2 e 4.2 do I-Educ);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



5. O município informou que houve retenções registradas no ano de 2018 (exceto decorrentes de abandono) nos Anos Iniciais de 493 aluno(s) e nos Anos Finais de 195 aluno(s) (Referência: questão nº 26 do I-Educ);
6. O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010. Quantidade de turmas dos Anos Iniciais no município de Monte Mor: - com até 24 alunos: 64; - com mais de 24 e até 30 alunos: 98; - com mais de 30 e até 33 alunos: 21; -- com mais de 33 alunos: 7 (Referência: questão nº 27 do I-Educ);
7. O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m<sup>2</sup> por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010. Quantidade de turmas por aluno no município: - com menos de 1,00 m<sup>2</sup>: 1; - com mais de 1,00 m<sup>2</sup> e até 1,20 m<sup>2</sup>: 9; - com mais de 1,20 m<sup>2</sup> e até 1,875 m<sup>2</sup>: 125; - com mais de 1,875 m<sup>2</sup>: 55 (Referência: questão nº 28 do I-Educ);
8. O Município não possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying, conforme prevê a Lei nº 13.185/15 (Referência: questão nº 39 do I-Educ);
9. Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, assunto abordado na lei nº 12.244/10. Os estudos concluíram que a melhoria da infraestrutura das escolas mais deficientes, acrescentando, por exemplo, uma biblioteca, um laboratório de ciências ou uma sala de informática, ajudaria a reduzir a defasagem acadêmica em relação às escolas mais bem equipadas. **Percentual de escolas com bibliotecas e salas de leituras: 33,33%** (Referência: questão nº 49 do I-Educ);
10. Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal. Este assunto está inserido na



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



meta 6 do PNE e foi objeto de estudo do BID sobre as deficiências das escolas da região em 2016 ( Referência: questão nº 9 do I-Educ);

11. Menos de 50% dos estabelecimentos de ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2018 (Meta 6 do PNE). Quantidade de estabelecimentos de ensino de anos iniciais funcionando em período integral: 1. Quantidade de estabelecimentos de ensino de anos iniciais: 17 (Referência: questão nº 40 do I-Educ);

12. Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m). Este assunto é mencionado na meta 6 do PNE (Referência: questão nº 10 do I-Educ);

13. Houve unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2018. **O número de unidades de ensino que necessitavam de reparos no município era de: 27, o que representa um total de mais de 80 % das escolas do Município** (Doc.RelatãodasEscolas) - Referência: questão nº 11 do I-Educ);

14. Nem todos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2018, como recomendam o Decreto nº 56.819/2011 e a Lei nº 6.437/77 (Referência: questão nº 25 do I-Educ);

15. Nem todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, art. 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação (Referência: questão nº 19 do I-Educ);

16. A porcentagem de professores efetivos de creche, pré-escola e Anos Iniciais com pós-graduação no ano de 2018 foi inferior a 50% (Meta 16 do PNE) - Referência: questão nº 36 do I-Educ;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



17. Não houve entrega do Kit escolar à rede municipal no ano de 2018, assunto abordado no artigo 208 da CF e na Lei nº 9.394/96 (Referência: questão nº 55 do I-Educ);

18. **Não houve entrega do uniforme escolar à rede municipal no ano de 2018.** O uso do uniforme escolar é uma boa prática que beneficia o aluno nos seguintes sentidos: 1) Segurança para os alunos: evita que outras pessoas se infiltrem no meio escolar, possibilita a identificação dos alunos em possíveis situações de perigo na rua e ainda contribui para evitar a evasão escolar; 2) Economia: evita o uso de roupas normais, representando uma economia financeira; 3) Respeito: incentiva o respeito às normas e disciplina impostas pelas escola; 4) Igualdade: evita o consumismo e disputa de status, muito comum entre adolescentes. Atua também evitando determinadas situações discriminatórias que ensejam a prática de bullying; 5) Atenção voltada para o aprendizado: O uso do uniforme mantém o foco do aluno na aprendizagem, pois todos igualmente fazem parte do grupo e possuem os mesmos interesses, no caso a aprendizagem (Referência: questão nº51 do I-Educ);

19. O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009. (Referência: questão nº 31 do I-Educ);

NÍVEL	Professores efetivos (existentes em 31/12/2018)	Professores substitutos (existentes em 31/12/2018)	Relação entre professores substitutos e efetivos
PDI – Professor de Desenvolvimento Infantil	155	27	17,42%
<b>PEB I - atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>	<b>264</b>	<b>144</b>	<b>54,54%</b>
PEB II - atua nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio	134	107	79,85%

(Doc. 12)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### C.3 IRREGULARIDADES VERIFICADAS EM VISITA ÀS SEGUINTE ESCOLAS E CONFIRMADAS AS LEVANTADAS EM FISCALIZAÇÕES ORDENADAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

- ***Escola Municipal Coronel Domingos Ferreira.***

Durante nossa fiscalização, em 09/05/19, encontramos problemas estruturais na referida escola, tais como: ***rachaduras em vários pontos do prédio; parte da estrutura do teto desabou, devido a fortes chuvas, interditando uma parte do pátio, expondo as crianças a potenciais riscos; o banheiro reservado para as crianças portadoras de necessidades especiais não estava adaptado, etc.*** Além disso, durante a fiscalização, fomos informados de que os alunos não estão recebendo aulas de informática porque a maior parte dos computadores está em manutenção.

Outrossim, a Secretaria de Educação informou que enviou ofício para a Secretaria de Planejamento e Obras relatando os problemas acima descritos. A Secretaria de Obras emitiu parecer informando que, com relação à trinca da parte interna do prédio, os vazios foram preenchidos com gesso e que as trincas não haviam aumentado, liberando a sala para uso, e, cabe mencionar, no momento da fiscalização, a sala estava sendo utilizada. No tocante à parte do teto que desabou, a escola recebeu a presença de funcionários da prefeitura, entretanto, até o fechamento deste relatório, nenhuma providência foi tomada para corrigir o problema. A Escola informou que está aguardando também a troca de calhas entupidas e o reparo no telhado, já que não é a primeira vez que sofre com alagamentos, durante as chuvas. (Doc. 22)



Identificação da Escola





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

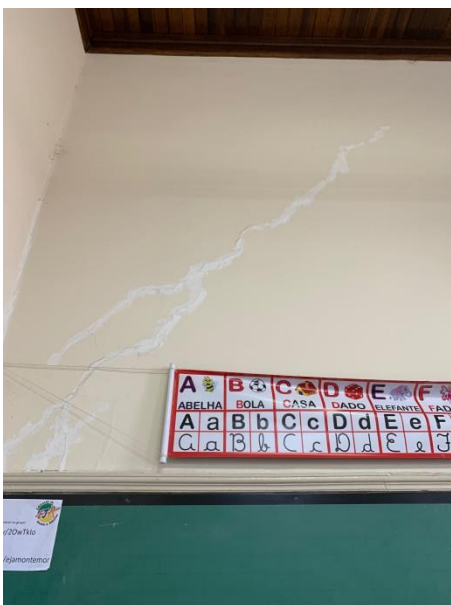
## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Parede externa de uma das salas de aula.



Parte do teto da escola que desabou com a chuva.



Rachadura vista de dentro da sala de aula.



Rachadura vista de dentro da sala de aula.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Sala de informática.



Banheiro para portadores de deficiência sem barras laterais.



Lousa eletrônica que não está sendo utilizada por falta de manutenção.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- ***Escola Municipal Professora Therezinha do Menino Jesus Calil.***

A referida escola foi objeto de fiscalização deste Tribunal, durante o encerramento das Contas Anuais do exercício de 2016, TC -004311.989.16. Na ocasião, dentre todas as escolas visitadas, foi a escola que apresentou os maiores problemas, tanto pela precariedade das instalações, quanto pela notória falta de manutenção do prédio.

Outrossim, foram descritos diversos problemas estruturais e de manutenção, tais como: salas de aula sem pisos e em condição ruim, com mesas e cadeiras deterioradas ou vandalizadas, acessibilidade prejudicada, pois o elevador não estava funcionando, sala com sinais de infiltração e mofo, banheiros insalubres, com mau cheiro e sinal de vandalismo, dentre outros apontamentos.

Durante nossa fiscalização, em 09/05/2019, observamos que muitos dos problemas apontados pela fiscalização anterior foram solucionados ou estão em processo de solução. A escola passou por recente manutenção, na qual foram pintadas as salas de aula, banheiros e trocados alguns pisos faltantes.

Contudo, cabe ressaltar que, embora a escola apresente uma boa condição geral, alguns pontos são passíveis de destaque, seja porque o problema vem se repetindo sem que providências tenham sido tomadas, seja por poder ensejar graves consequências.

*Destacamos o problema recorrente de infiltração nas salas do andar superior, salas 17 e 18, do prédio novo. Devido a infiltrações, o forro do teto está cedendo, inclusive prejudicando as luminárias da sala de aula.* O abaulamento, apesar de não tão perceptível nas fotos, é bastante crítico. Em conversa com os alunos e a professora fomos informados de que quando começa a ventar ou a chover forte, o teto e a luminária balançam bastante e muitas crianças relataram apreensão neste momento, porque, nas palavras delas “balança tanto que parece que o forro e a luminária vão desabar”. *O mais grave é que as crianças continuam utilizando a sala e algumas delas se sentam bem abaixo da luminária. Cabe ressaltar também que com a infiltração os fios elétricos podem entrar em contato com a água da chuva, causando um curto-circuito.*

Além disso, persistem alguns problemas. Pisos que foram recolocados e estão soltando, o elevador que poderia levar crianças com



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



mobilidade reduzida nunca funcionou, estando parado desde sua construção, infiltração em outros pontos da escola, banheiros que necessitam de manutenção, cozinha sem telas milimetradas nas janelas, etc.

Instada a se pronunciar, a Diretora da Escola informou que enviou ofícios ao Departamento competente para que providências cabíveis sejam tomadas e que a equipe de pequenas reformas se fez presente na Unidade Escolar para verificar a situação da escola e os pisos faltantes e soltos para serem restaurados (Doc. 23).

Registramos que a Secretária Municipal de Educação – Sra. Marli Eliza Brischi Domingues - esteve presente durante nossas visitas. Destacamos o empenho desta Secretaria em solucionar os pequenos problemas de manutenção nas escolas do Município, inclusive com a contratação, em maio de 2019, de uma equipe efetiva de servidores, composta por 03 pedreiros, 01 servente e 01 eletricitista. Contudo, para reparos maiores a Secretaria não consegue a mesma agilidade na resolução que muitas vezes estes problemas demandam.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Elevador construído em uma das reformas, mas nunca utilizado.



Piso do terceiro andar com problemas.



Forro abaulado pela infiltração no teto da escola.



Luminária da sala que balança quando chove, causando pânico nos alunos.



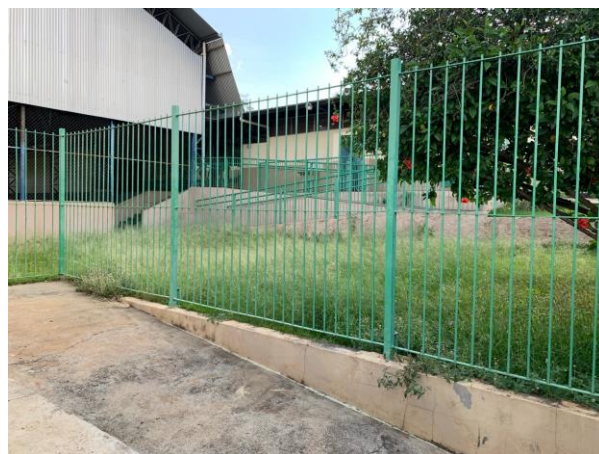


# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Vista da Cozinha da escola, ainda sem tela nas janelas.



Conservação da área externa da escola.



Piso de uma das salas de aula



Banheiro Masculino



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



## C. 4. FISCALIZAÇÃO ORDENADA – ÁREA DA EDUCAÇÃO.

**V Fiscalização Ordenada 2018, de 09 de agosto de 2018.**

<b>Tema</b>	Merenda.		
<b>Evento destes autos em que o Relatório foi inserido</b>	Evento 63.		
<b>Processo específico que trata da matéria nº</b>	Nihil		
<b>Outras observações</b>	E.M. José Gonzaga Ribeiro.		

**Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:**

1. As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas;
2. Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;
3. Não há Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;
4. A nutricionista responsável não elaborou as Fichas Técnicas de Preparo (Documento individual para cada alimento, indicando o tipo – arroz, bife, salada, etc., sua composição nutricional e modo de preparo);
5. Não são aplicados testes de aceitabilidade junto aos alunos que recebem a merenda;
6. Não há AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade;
7. Não foi possível avaliar se os ingredientes abertos são etiquetados com as seguintes informações: nome do produto, data da retirada da embalagem original e prazo de validade após a abertura;
8. No espaço de armazenamento, os produtos não estão armazenados em palets, prateleiras e ou estrados afastados do forro, da parede e do piso.

**Providências adotadas**

- A origem informou que, em 14/03/2018, enviou ao setor de Licitação/Compras da Prefeitura uma lista com todas as escolas do município para que fosse realizado orçamento das telas. Não havendo retorno, o Setor de Merenda enviou a algumas empresas da região solicitação de orçamento. Obtiveram retorno e realização de orçamentos de apenas 02 empresas. Contudo, ainda não conseguiram respostas das adequações necessárias para a realização do serviço e as tratativas se encontram paradas.
- A prefeitura informou que conversou com a pessoa responsável pela Vigilância Sanitária, que iniciou visitas nas Unidades Escolares. Segundo a Municipalidade, as visitas estão sendo realizadas, conforme documentação apresentada à fiscalização. Após as visitas, os profissionais fazem os apontamentos, por meio de relatórios, os quais estão sendo gradativamente sanados.
- Com relação aos itens 4 e 5, não foram providenciados até a presente data, uma vez que a prefeitura dispunha de apenas uma nutricionista. Recentemente, conseguiu a contratação de um estagiário, iniciando as visitas às Unidades Escolares para reconhecimento e posterior elaboração das fichas de preparo e dos testes de aceitabilidade, com supervisão da nutricionista. A fiscalização foi até o setor de Merendas da Municipalidade e apurou que as fichas começaram a ser preenchidas e obteve a informação de que até o 2º semestre estarão disponíveis nas escolas. De igual modo, os testes de aceitabilidade junto aos alunos.
- A Secretaria de Educação informou que Solicitou ao Departamento de Finanças abertura de processo de licitação para contratação de empresa especializada com a finalidade de providenciar o Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como todos os equipamentos de segurança necessários.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- Quanto aos itens 7 e 8, a Secretaria informou que a Nutricionista responsável fez uma orientação a todas as Unidades Escolares, inclusive afixando nas cozinhas as orientações, conforme nossos apontamentos.

### VII Fiscalização Ordenada 2018, de 30 de outubro de 2018.

<b>Tema</b>	Transporte Escolar.		
<b>Evento destes autos em que o Relatório foi inserido</b>	Evento 102.		
<b>Processo específico que trata da matéria nº</b>	004546.989.18-7		
<b>Outras observações</b>	E.M. Leonardo Rodrigues da Silva		

#### Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:

1. Houve alunos que requereram o transporte escolar no ano de 2018 e não foram beneficiados;
2. Não existem dados individualizados dos veículos de frota própria utilizados no transporte escolar contendo as informações das manutenções realizadas;
3. Os pagamentos do Seguro Obrigatório dos veículos da frota própria não estão em ordem;
4. Não existe controle de combustível da frota própria;
5. Os veículos da frota própria não foram submetidos à inspeção semestral junto à CIRETRAN (ou credenciada), observado o local de registro do veículo, para verificação dos equipamentos obrigatórios, de acordo com o final da placa;
6. Os condutores cometeram alguma infração grave ou gravíssima ou são reincidentes em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
7. Os condutores não apresentaram certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores dentro do prazo de validade (deve ser renovada a cada 05 anos);
8. O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do veículo inspecionado não corresponde ao exercício de 2018;
9. Havia alunos transportados sem uso dos cintos de segurança.

#### Providências adotadas:

- A Secretaria de Educação informou que desconhece a informação de falta de atendimento de alunos em toda rede municipal. Todos os alunos acima de 4 anos são transportados através de frota própria, fretada e/ou passe escolar (quando maiores de 12 anos);
- A Secretaria informou que se comprometeu a realizar as fichas individuais a partir de 2019;
- A Municipalidade comunicou que o licenciamento dos ônibus se deu a partir de setembro e que foram regularmente efetuados. Fez a juntada de documentos dos veículos (ônibus), comprovando que os mesmos encontram-se regularmente licenciados e com DPVAT pagos;
- A partir do apontamento, a Secretaria iniciou o controle individualizado dos veículos;
- A Prefeitura solicitou ao Departamento Responsável a efetivação da inspeção, o que não foi realizada. Reiterou a solicitação em caráter de urgência, contudo sem retorno até a data da fiscalização "in loco";
- A Secretaria informou que consultou o departamento responsável e obteve a informação de que os motoristas não cometeram infrações;
- A Municipalidade registrou que os motoristas apresentam tais documentos no momento de sua posse e que, posteriormente, apresentam os cursos autorizando a condução de alunos. Para obter o certificado de autorização no curso apresentam tais documentos;
- Todos os veículos foram devidamente licenciados, conforme demonstrou em documentos;



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- A Secretaria informou que reiterou aos responsáveis a necessidade de utilização do cinto de segurança pelos alunos.

### VIII Fiscalização Ordenada 2018, de 29 de novembro de 2018.

<b>Tema</b>	<b>Obras</b>		
<b>Evento destes autos em que o Relatório foi inserido</b>	<b>Evento 102</b>		
<b>Processo específico que trata da matéria nº</b>	<b>004546.989.18-7</b>		
<b>Outras observações</b>	<b>Endereço: Rua José Cleuneris Giatti s/nº, Quinhões da Boa Esperança</b>		
<b>Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:</b>	<b>1. Não foi possível avaliar se a contratação foi informada pelo órgão na seletividade ou na Fase IV do Audeps; 2. De acordo com a situação do cronograma físico da Obra, ela encontra-se em andamento; 3. Não há placa de identificação da obra; 4. Não há ART do fiscal responsável pelo acompanhamento da execução da obra; 5. O cronograma físico-financeiro não está sendo cumprido; 6. No Livro de Ordem não há registros relevantes acerca do andamento das obras.</b>		
<b>Constatação 'in loco' e Providências adotadas:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Conforme nossas pesquisas, não identificamos a contratação da obra na Fase IV do Audeps, bem como se o referido contrato foi informado pelo órgão na seletividade;</li><li>Não obstante no momento da fiscalização ordenada o prazo final de execução da obra, conforme cronograma físico-financeiro, estava previsto para dezembro de 2018, a creche ainda se encontra em andamento. A Municipalidade enviou o cronograma físico-financeiro da obra atualizado, onde consta a data do final da execução da obra para outubro de 2019;</li><li>De acordo com a fiscalização "in loco", em 09/05/2019, a Obra ainda estava sem placa de identificação, conforme fotos na página 35. A Prefeitura solicitou à Construtora Terruel, por meio de ofício, em 29/04/2019, a recolocação da placa de identificação;</li><li>A Municipalidade providenciou, na data de 06/12/2018, a ART do responsável técnico pelo acompanhamento da execução da obra;</li><li>Quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, a Prefeitura informou que durante a execução da creche houve atrasos nos repasses federais e atraso nos pagamentos de recursos próprios, o que refletiu no andamento das obras.</li></ul>		

### C.5. EXECUÇÃO CONTRATUAL – ÁREA DA EDUCAÇÃO.

Contrato nº:	237/2018
Data:	07/12/2018
Contratada:	BELLA PAN IND. E COM. DE PROD. ALIM. LTDA - ME



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Valor:	R\$ 645.660,00	
Fonte de recursos:	Municipal	R\$ 645.660,00
	Estadual	R\$
	Federal	R\$
Objeto:	Fornecimento parcelado de panificação para Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme as especificações constantes no Edital, com entrega Ponto a Ponto.	
Execução/Prazo:	12 meses, contados da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais.	
Licitação:	Pregão Presencial 76/2018	

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de panificação - bolinho individual, pão de forma, pão de hambúrguer e pão de leite - entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa Bella Pan Ind. e Com. de Prod. Alim. Ltda – ME. O referido contrato abrange a totalidade das Escolas Municipais de Monte Mor, com previsão de entrega 01 vez por semana e vigência de 12 meses, contada da assinatura do contrato, em 07/12/2018 (Doc. 24).

Importante ressaltar que o Contrato acima não foi informado no portal da seletividade, conforme determinam as Instruções deste Tribunal de Contas, notadamente o Comunicado SDG nº 15/2015, comprometendo uma vez mais a fidedignidade dos dados enviados ao Sistema AUDESP pela Municipalidade.

Analisando a execução do contrato, verificamos problemas na qualidade dos pães fornecidos. Por ocasião da fiscalização “in loco”, em 10/05/2019, realizamos visitas a 3 unidades escolares no intuito de verificar as condições dos produtos entregues. Na E.M. Prof.<sup>a</sup> Terezinha do Menino Jesus Calil, por amostragem, examinamos um lote de pães recebidos na semana e constatamos em um dos pacotes a presença de insetos (carunchos) dentro do saco fechado, que seria servido para as crianças no dia seguinte.

Na E.M. Maria Tonin não encontramos os pães que deveriam ser servidos. A Escola nos informou que, dos 750 pães de leite entregues na semana, foram descartados 240 por bolor, mesmo estando os pães no prazo de validade, conforme Termo de Verificação (Doc. 25 – página 04/04).

Outrossim, requisitamos o Relatório de Ocorrências do contrato em epígrafe e identificamos outros casos de devolução por bolor ou por inadequação das condições de consumo (Doc. 25).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Deste modo, ***propomos recomendação para que a Administração Municipal acompanhe e fiscalize a execução do objeto licitado, conforme cláusula 7.1 do presente ajuste e aplique as sanções cabíveis, nos termos da legislação de regência.***



Foto de um saco fechado de pão, contendo caruncho. O pão estava dentro da validade.



Foto do mesmo pacote de pão, contendo carunchos.

### PERSPECTIVA D: SAÚDE

#### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	26,21
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	26,08
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,67



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

#### **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+**

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências nessa dimensão do IEG-M:

- a. Não existe controle de resolatividade dos atendimentos dos pacientes.
- b. A gestão municipal não remunera ou premia os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica.
- c. O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.
- d. Nem todas as unidades de saúde possuem gestão de estoque informatizada dos materiais/insumos e medicamentos.
- e. O município informou que houve internações por doenças sensíveis à atenção básica.
- f. O Município não possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências.
- g. O município teve casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.
- h. A proporção de partos normais na rede SUS foi inferior a 70%.
- i. Foram diagnosticados casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano de 2018 com exame anti-HIV realizado.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- I. Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) com exame anti-HIV no município: 15.
  - II. Foram diagnosticados casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano de 2018. Total de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera no município: 5.
- j. Falhas na infraestrutura das unidades de saúde do município:
- I. Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2018. A quantidade informada pelo município foi de 5 unidade(s).
  - II. Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77.
- k. O município não implantou o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus).
- l. Os médicos não cumprem integralmente sua jornada de trabalho.

Levando em conta que o relatório de encerramento das contas do exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Monte Mor, inserido no Evento 143 do TC-6789.989.16-7, em seu item D.2.a apontou que havia médicos que não cumpriam sua jornada de trabalho no município de Monte Mor e sugeriu que a fiscalização deste exercício verificasse a efetividade dos efeitos da Lei Municipal 2550 de 10/04/2018 que reduzira a jornada de trabalho e a remuneração dos médicos especialistas para adequação do cumprimento das escalas de trabalho dos médicos, para a validação da resposta da Administração a esta questão do IEGM, dirigimo-nos à Policlínica Municipal e à Unidade de Saúde da Família Jorge Calil no dia 09 de maio de 2019 e averiguamos por amostragem a frequência dos médicos, comparando os respectivos cartões de ponto com a escala de trabalho e, conforme fotos das escalas de trabalho e dos cartões de ponto a seguir inseridos, constatamos o seguinte:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- Na Policlínica Municipal

POLICLÍNICA MUNICIPAL "DR. JOSÉ CARLOS BERTONI"					
HORÁRIOS / PROFISSIONAIS:					
Profissional	2ª Feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Dr. Antônio Carlos F. Melaré (Pneumologista)	16:00 às 19:00	16:00 às 19:00	16:00 às 19:00	16:00 às 19:00	-
Dr. Antônio José Marmioli (Perícias)	08:00 às 11:00	08:00 às 11:00	08:00 às 11:00	08:00 às 11:00	-
Dr. Alexandre Herculano Penna (Gastroenterologista)	07:00 às 13:00 (Endoscopia Hortalândia) 13:00 às 19:00 (Consultas)	-	-	-	-
Dr. André Ricardo Tin (Urologista)	-	07:00 às 13:00 (Policlínica) + Vasectomia Hospital	-	-	-
Ana Elisa Fachini (Fonoaudiologista)	07:30 às 16:30	-	13:00 às 17:00	13:00 às 17:30	07:30 às 11:30
Dr. Cezar de A. Cerqueira Costa (Oftalmologista)	07:00 às 19:00	-	-	-	-
Dr. Édson I. Ferreira da Costa (G.O. Colposcopias)	-	-	13:00 às 17:00	-	-
Eliel Macedo Farias(Fonoaudiologista)	-	08:50 às 16:00	08:50 às 16:00	08:30 às 14:30	-
Dr. Fábio S. Alves	-	-	-	-	07:00 às 13:00 +

Escala de Trabalho dos Médicos da Policlínica

Não obstante o médico Dr. Antônio José Marmioli conste na escala acima escalado para trabalhar 3 horas de segunda a quinta-feira, das 8 às 11 da manhã, a foto de seu cartão de ponto, inserida a seguir, evidencia que ele vinha trabalhando metade das horas previstas, em média das 10:30 às 12:00 horas.

Também na foto retro, na escala do médico Dr. Édson I. Ferreira da Costa consta que ele deveria trabalhar às quartas de 13:00 as 17:00 horas, contudo em seu cartão inserido a seguir registra apenas sua entrada no dia 08/05/2019 às 13:42, sem registro de sua saída.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



39  
Prefeitura de Monte Mor  
Antonio Jose Marmioli/M:2161  
Médico Do Trabalho  
Políclínica  
Secretaria de Saúde  
Maio/ 2019

HORAS	MANHÃ		TARDE		E
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	
1	Feriado				
2	09:56	11:46			
3					
4	S				
5	D				
6	10:29	12:50			
7	09:42	11:58			
8	10:27	12:00			
9	09:46				

Cartão de ponto Dr. Antônio José Marmioli

87  
Prefeitura de Monte Mor  
Edison L. Ferreira Da Costa/M:2812  
Médico Ginecologista  
Políclínica  
Secretaria de Saúde  
Maio/ 2019

HORAS	MANHÃ		TARDE		EXTRA		HORAS
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	
1	Feriado						
2							
3							
4	S						
5	D						
6							
7							
8							
9							
10							
11							

Cartão de Ponto Dr. Edison I. Ferreira da Costa

- **Unidade de Saúde da Família Jorge Calil**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS

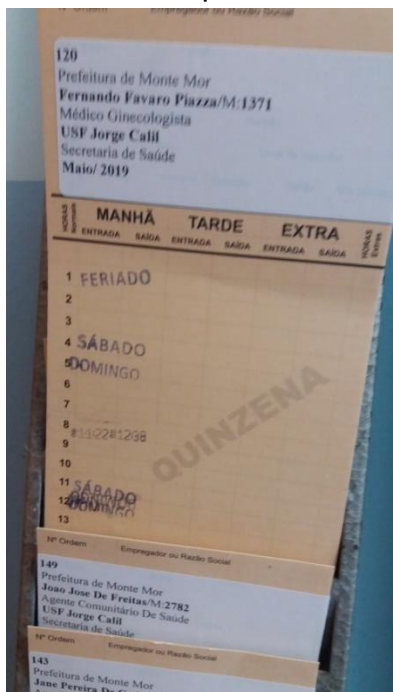


ESCALA DE MÉDICOS USF JORGE CALIL

MÉDICOS	ESPECIALIDADE	2 FEIRA	3 FEIRA	4 FEIRA	5 FEIRA	6 FEIRA
ELIZABETH RUSSI	CLINICO GERAL 20HS	07 ÀS 18HS				07 ÀS 18HS
ANDRÉ PICCIRILLI	CLINICO GERAL MAIS MEDICOS 40HS	07 ÀS 16HS	CAIS	07 ÀS 16HS	07 ÀS 16HS	
THOMAS ALEXANDER	MÉDICO ESF 40HS	18:20 ÀS 20:30	07 ÀS 20HS	18:20 ÀS 20:30	07 ÀS 20HS	07 ÀS 20HS
FERNANDA SANDRONI	G.O 12HS				13 ÀS 18HS L m	
FERNANDO FÁVARO	G.O 12HS			11 ÀS 14HS		
GERUZA RANGALHO	CLINICO GERAL 12HS		17 ÀS 21HS			17 ÀS 21HS
AIDEL MAITA GUEDES	CLINICO GERAL 40HS	16 ÀS 20HS				
RAFAEL PLOCH	PEDIATRA 12HS		08 ÀS 13HS		08 ÀS 13HS	
JORGE CARNEIRO	PEDIATRA 12HS	16 ÀS 21HS			16 ÀS 21HS	
MARCOS ANTONIO	PEDIATRA - PA 4HS		16 ÀS 21HS			

Escala de Trabalho dos Médicos

Não obstante na escala de trabalho acima conste que o médico Fernando Fávaro Piazza devesse trabalhar na USF por 3 horas às quartas das 11:00 às 14:00 horas, o seu cartão de ponto, inserido a seguir, registra, no dia 08/05/2018, apenas 1 hora e 16 minutos de trabalho, das 11:22 às 12:38 horas.



Cartão de Ponto do Dr. Fernando Fávaro Piazza



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Embora nas unidades visitadas tenha sido implantado o controle de frequência por meio de relógio de ponto<sup>14</sup>, as ocorrências verificadas evidenciam que alguns médicos do município continuam fazendo jornada a menor do que o previsto em sua escala de trabalho e que a Lei Municipal 2550 de 10/04/2018 não surtiu o efeito desejado.

- m. A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.
- n. A cobertura de Campanhas de vacinação não atingiu 100%:
  - I. A cobertura da Vacina Pentavalente (3ª dose) foi inferior a 100%, que compõe o indicador 4 da Resolução CIT nº 08/2016.
  - II. A cobertura da Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose) foi inferior a 100%, que compõe o indicador 4 da Resolução CIT nº 08/2016.
  - III. A cobertura da Vacina Poliomielite (3ª dose) foi inferior a 100%, que compõe o indicador 4 da Resolução CIT nº 08/2016.
  - IV. A cobertura da Vacina Tríplice Viral (1ª dose) foi inferior a 100%, que compõe o indicador 4 da Resolução CIT nº 08/2016.
- o. Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas, conforme indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016.
- p. Falhas verificadas na identificação e acompanhamento de Doenças Crônicas:
  - I. O município não identifica nem mantém registro atualizado dos pacientes de Obesidade.
  - II. O município não identifica nem mantém registro atualizado dos pacientes de Asma.
  - III. O município não identifica nem mantém registro atualizado dos pacientes de DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.
- q. Falhas verificadas em relação à prevenção e combate às Drogas:
  - I. Não existem ações conjuntas com outras secretarias municipais para prevenção e combate às drogas.

<sup>14</sup> Cujas ausências de controle de frequência também havia sido apontada no referido TC-6789.989.16-7





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- II. A Prefeitura não possui estatística de número de dependentes químicos (drogas ilícitas).
- r. Falhas relacionadas à Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Saúde:
  - I. O município não disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs de forma não presencial.
  - II. Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade.
  - III. O município não possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica.
  - IV. O município não possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado.
  - V. Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico).

## PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

### E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências nessa dimensão do IEG-M:

- a. Nem toda a população do município é abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada, que é um produto importante e essencial para a vida humana, abordado na Lei nº 9.433/97.
- b. Não existem Ações e Medidas de Contingenciamento, nem plano emergencial para fornecimento de água potável para os Períodos de Estiagem:
  - I. Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, conforme permite Decreto nº 7217/10.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- II.** Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde.
- III.** Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez.
- c.** Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana. O Percentual dos servidores que possuem formação natural e/ou humana foi de: 50,00%.
- d.** O município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal, o que pode indicar não atendimento às Resoluções CONAMA de nº 403/2008, 414/2009, 415/2009, 418/2009, 426/2010, 432/2011, 433/2011, 435/2011, 451/2012 e 456/2013, referentes ao controle das emissões veiculares de poluentes.
- e.** O município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa Consema 01/2014.
- f.** Nem todos da prefeitura participaram de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares, assunto abordado na Lei nº 12.608/12 e no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030.
- g.** A prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil elaborado e implantado de acordo com a resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações.
- h.** A prefeitura informou que o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil está em fase de elaboração.
- i.** O município não possui controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana. Queimar qualquer coisa gerando poluição causa danos à saúde humana e é crime, na medida em que infringe o artigo 54, da Lei do Meio Ambiente (Lei Federal 9 605, de 12/2/98).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

#### F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice A

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências nessa dimensão do IEG-M.

- a. O município não utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres, conforme consta na Lei nº 12.608/12 sobre Política de Proteção e Defesa Civil dispõe em seu artigo 8º.
- b. O município não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado, conforme Lei nº 12.608/12 sobre Política de Proteção e Defesa Civil dispõe em seu artigo 8º.
- c. Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, conforme CTB, art. 88.
- d. Nem todas as vias públicas no município tem manutenção adequada, conforme Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do DNIT.
- e. O município realizou pavimentação / manutenção das vias públicas e o orçamento realizado foi inferior ao previsto.

Constatamos também que não foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, conforme LF nº 12.587/12, art. 24, §3º. Entretanto a Lei Federal nº 13.683/18 prorrogou o prazo de elaboração do plano para 2019.

### PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

##### G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Conforme demonstrado nos itens B.3.1 e B.3.2 deste relatório, constatamos que a Municipalidade comprometeu a integridade e a veracidade de



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



dados disponibilizados ao público, desatendendo, assim, o acesso à informação preconizada nas Leis de Acesso à informação e da Transparência.

Não obstante a Resolução 2 de 11 de julho de 2017 (Doc. 26) tenha criado o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC no âmbito do Município de Monte Mor, o serviço só está disponibilizado no site da Câmara Municipal de Monte Mor.

### G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA Audesp

Como demonstrado nos itens B.1.5, B.1.9, B.3.4 e C.5 deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema Audesp.

Outrossim, constatamos divergência entre os dados enviados ao Sistema Audesp Fase 4 – Licitação e Contratos e a relação dos contratos de 2018 apresentados pela Municipalidade quando da fiscalização “in loco” (Doc. 27). Não obstante a Prefeitura tenha uma relação expressiva de Contratos assinados no exercício em exame, foram informados ao Sistema Audesp apenas 16 ajustes.

Item	Número Licitação	Ano Processo	Número Processo	Número Contrato	Ano Contrato
01	03	2018	04	24	2018
02	05	2018	06	25	2018
03	08	2018	09	39	2018
04	01	2018	10	49	2018
05	09	2018	10	40	2018
06	81	2017	106	11	2018
07	81	2017	106	09	2018
08	93	2017	122	07	2018
09	12	2018	13	12	2018
10	15	2018	16	43	2018
11	21	2018	23	63	2018
12	24	2018	27	67	2018
13	04	2018	31	64	2018
14	28	2018	39	74	2018
15	60	2016	76	02	2018
16	67	2018	95	67	2018

Fonte: Sistema Audesp Fase 4 – Licitação e Contratos



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



### G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice B

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências nessa dimensão do IEG-M:

- a. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, não há pessoal de TI envolvido no processo de compra. Considerando a relevância dos recursos de software, tanto para a gestão de processos internos quanto para a prestação de serviços ao cidadão; a necessidade de otimizar recursos de software, não apenas adotando as melhores práticas e tendências de mercado, mas também a melhor relação custo-benefício possível; e a necessidade de dar tratamento integrado e padronizado à aquisição e utilização de software pela Administração Pública, com a finalidade de compartilhamento por todos os seus órgãos e entidades, a participação de pessoal técnico especializado é imprescindível.
- b. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, não existe métrica utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo). A Métrica de software possibilita realizar uma das atividades mais fundamentais do processo de gerenciamento de projetos: o planejamento. A partir desse, pode-se identificar a quantidade de esforço, de custo e das atividades que serão necessárias para a realização do projeto.
- c. A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização, etc.), em desacordo com a CF, Art. 39.
- d. A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2. Referência: questão nº 5
- e. A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- f. A prefeitura municipal não possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR ISO IEC 27001:2006 e 27002:2005.
- g. Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados. O banco de dados sob gerência indireta do município infere que o fornecedor daquele software (sistema) pode intervir nos dados originais sem que a prefeitura saiba dessas alterações. Exemplo de intervenção: o fornecedor pode apagar/diminuir o valor da Dívida Ativa de um cidadão/empresa e a prefeitura não teria como detectar, pois a base de dados não está sob sua gestão direta.
- h. Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica, mas não há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa, conforme art. 173 CTN.
- i. Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados. O banco de dados sob gerência indireta do município infere que o fornecedor daquele software (sistema) pode intervir nos dados originais sem que a prefeitura saiba dessas alterações. Exemplo de intervenção: o fornecedor pode apagar/diminuir o valor do IPTU de um cidadão/empresa e a prefeitura não teria como detectar, pois a base de dados não está sob sua gestão direta.
- j. A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas. O banco de dados sob gerência indireta do município infere que o fornecedor daquele software (sistema) pode intervir nos dados originais sem que a prefeitura saiba dessas alterações. Exemplo de intervenção: o fornecedor pode apagar/diminuir o valor do ISSQN de uma empresa e a prefeitura não teria como detectar, pois a base de dados não está sob sua gestão direta.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



- k. Não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas), como permite a Lei nº 10.520/02.
- l. Há publicação parcial dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos, em desacordo com CF, art. 39, § 6º.

## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Está referenciado ao presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

Número:	TC-011059.989.19-4
Origem:	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJ SP
Objeto:	Ofício nº 021168/2019, de 24 de abril de 2019. Processo DEPRE nº: 9000249-25.2015.8.26.0500/03. Decisão que apura insuficiência de depósitos de precatórios devidos pela Prefeitura Municipal de Monte Mor. Imposição de sanções do Artigo 104 do ADCT.
Procedência:	Sim

O assunto em tela foi tratado no item B.1.5 deste relatório.

### H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No decorrer do exercício em análise, constatamos a remessa extemporânea de informações ao Sistema AUDESP, conforme detalhado abaixo:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



DADOS INFORMADOS:				
Município:	Monte Mor			
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR			
Período:	1/2018 à 12/2018			
Tipo de Documento	Referência	Ano	Dt. Prazo de	Dt. de Entrega
PARECER-CONSELHO-FUNDEB	12	2017	02/02/2018	05/02/2018
Publ. RREO - Balanço Orçamentário	2	2018	02/04/2018	23/04/2018
Publ. RREO - Dem. Função / Subfunção	2	2018	02/04/2018	23/04/2018
Publ. RREO - Dem. Apuração RCL	2	2018	02/04/2018	23/04/2018
Publ. RREO - Resultado Primário	2	2018	02/04/2018	23/04/2018
Publ. RREO - Restos a Pagar	12	2017	16/02/2018	28/03/2018
Publ. RREO - Restos a Pagar	2	2018	02/04/2018	23/04/2018
Publ. RREO - Oper. Crédito X Desp. Capital	1	2017	01/03/2018	28/03/2018
Publ. RGF - Executivo	12	2017	16/02/2018	28/03/2018
Publ. RGF - Executivo	8	2018	05/10/2018	20/12/2018
Conciliações Bancárias Mensais	11	2017	22/01/2018	23/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	12	2017	05/03/2018	26/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	1	2018	02/04/2018	29/05/2018
Conciliações Bancárias Mensais	2	2018	12/04/2018	19/06/2018
Conciliações Bancárias Mensais	3	2018	14/05/2018	04/07/2018
Conciliações Bancárias Mensais	4	2018	14/06/2018	26/07/2018
Conciliações Bancárias Mensais	5	2018	12/07/2018	07/08/2018
Conciliações Bancárias Mensais	6	2018	10/08/2018	24/09/2018
Conciliações Bancárias Mensais	7	2018	10/09/2018	25/10/2018
Conciliações Bancárias Mensais	8	2018	15/10/2018	21/01/2019
Conciliações Bancárias Mensais	9	2018	09/11/2018	20/02/2019
Conciliações Bancárias Mensais	10	2018	12/12/2018	29/03/2019

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



Exercício 2015	TC 002206/026/15	DOE 14/03/2018	Data do Trânsito em julgado 27/04/2018
Recomendações: Adote providências visando à edição do Plano de Mobilidade Urbana; Adote medidas concretas para reduzir a dívida de longo prazo; Incremente a cobrança e a contabilização de sua dívida ativa; Atente para a cronologia das exigibilidades; Adote providências efetivas para que as diversas falhas identificadas na Fiscalização Operacional da Saúde sejam sanadas, notadamente no que se refere ao controle de pessoal; Observe às disposições quanto aos cargos em comissão; Atenda às recomendações e instruções exaradas por esta Corte de Contas.			

Exercício 2014	TC 000114/026/1	DOE 25/11/2016	Data do Trânsito em julgado 31/01/2018
Recomendações: Adote providências visando à edição do Plano de Mobilidade Urbana; Incremente a cobrança e a contabilização de sua dívida ativa; Atente para a cronologia das exigibilidades; Observe às disposições quanto aos cargos em comissão; Atenda às recomendações e instruções exaradas por esta Corte de Contas.			
Obs.: o parecer das contas do exercício de 2016 (TC-4311.989.16) foi publicado no DOE de 23/01/19, portanto, sem tempo hábil para o atendimento às recomendações ali consignadas.			

### SÍNTESE DO APURADO

Itens	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	-3,76%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	1,90%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	DESFAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL
ESTÁ CUMPRINDO PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	NÃO
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	NÃO
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	49,74%
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	25,98%
ENSINO - FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	78,03%
ENSINO - Recursos FUNDEB aplicados no exercício	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	26,21%

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

- 1. Item A.1.1** - A Prefeitura não regulamentou o sistema de Controle Interno;
- 2. Item A.2.1** – Falhas verificadas na estrutura administrativa voltada ao planejamento, em especial autorização para abertura de créditos adicionais em percentual de 20% e para realização de remanejamento, transposição e transferência por meio de decreto;
- 3. Item A.2.2** – Falhas verificadas na fase de planejamento e respectiva execução, com destaque para;
- 4. Item A.2.3** – Falhas relativas à realização das audiências públicas e à restrição da participação popular;
- 5. Item A.2.4** - Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão;
- 6. Item B.1.1** - Abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no percentual de 37,26% da Despesa Fixada (inicial);
- 7. Item B.1.1** - Resultado Orçamentário deficitário, a despeito de o município ter sido alertado 10 vezes acerca do descompasso entre Receitas e Despesas,





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



considerando ainda que o percentual de investimento foi mais baixo que nos anos anteriores;

8. **Item B.1.3** - A Prefeitura não possui recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo;
9. **Item B.1.4** – Aumento da Dívida de Longo Prazo;
10. **Item B.1.5.a** - Não pagamento de precatórios devidos no exercício;
11. **Item B.1.5. b** - O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Monte Mor não registra o saldo de precatórios devidos pelo município;
12. **Item B.1.5. b** – Meta de quitação dos precatórios até 2024 comprometida;
13. **Item B.1.6** - Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS em 2018;
14. **Item B.1.9** – Divergência entre os dados relativos ao quadro de pessoal do órgão informados ao AUDESP e a realidade verificada “in loco”;
15. **Item B.1.9.1** – Cargos em comissão cujas características não atendem ao previsto no art. 37, inc. V, da Constituição Federal;
16. **Item B.2.1** – Falhas verificadas quanto à inscrição e ao percentual de recebimento da Dívida Ativa;
17. **Item B.2.2** – Falhas verificadas quanto normatização da estrutura organizacional da administração tributária e quanto à falta de adoção de medidas efetivas para aumento da arrecadação;
18. **Item B.2.3** – Não adoção de alíquotas progressivas para cobrança de IPTU e ausência de estudos do impacto orçamentário-financeiro para renúncias de receita decorrente da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



19. **Item B.2.4** – O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária;
20. **Item B.3.1** – Aplicação indevida de recursos vinculados da CIP;
21. **Item B.3.2** - Inobservância da ordem cronológica de pagamentos, sem a publicação das respectivas justificativas;
22. **Item B.3.3** – Falhas em relação à Tesouraria que persistiram após os apontamentos da fiscalização ordenada no setor, em relação ao cargo de tesoureiro que é exercido por servidor comissionado e à ausência da AVCB do prédio onde funciona a tesouraria;
23. **Item B.3.4** – Cancelamento indevido de Dívida Ativa;
24. **Item C.1.1** – Insuficiência de vagas no ensino infantil e atraso em obra de construção de creche que poderia minimizar o problema;
25. **Item C.2.1** – A prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2018;
26. **Item C.2.2** - Ocorrências verificadas em relação à porcentagem de alunos que concluíram o ano letivo em período integral, divergência da quantidade de matrícula no Ensino infantil e os dados do Censo escolar;
27. **Item C.2.3** - Ocorrências verificadas em relação às retenções de alunos, quantidade de alunos por turma, metragem das salas de aula em relação à quantidade de aluno e ausência de ações para enfrentamento de bullying;
28. **Item C.2.4** - Falhas verificadas em relação à infraestrutura e equipamentos das Escolas Municipais;
29. **Item C.2.5** - Ocorrências em relação à formação de professores;
30. **Item C.2.6** - Falta de entrega de Kit escolar e uniformes à rede municipal de Ensino;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



31. **Item C.2.7** - O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários;
32. **Item C.3** – Irregularidades verificadas na infraestrutura dos prédios e equipamentos quebrados em escolas visitadas durante fiscalização “in loco” e de escolas cujas irregularidades apontadas na V Fiscalização Ordenada foram confirmadas em nossa fiscalização de encerramento;
33. **Item C.3** – Irregularidades remanescentes dos apontamentos de Fiscalização Ordenada do Transporte escolar;
34. **Item C.4** – Fornecimento de pães embolorados e com caruncho na merenda escolar;
35. **Item D.2.a** – Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes;
36. **Item D.2.b** – A gestão municipal não remunera ou premia os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica;
37. **Item D.2.c** – O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município;
38. **Item D.2.d** – Nem todas as unidades de saúde possuem gestão de estoque informatizada dos materiais/insumos e medicamentos;
39. **Item D.2.e** – O município informou que houve internações por doenças sensíveis à atenção básica;
40. **Item D.2.f** – O Município não possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências;
41. **Item D.2.g** – O município teve casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



42. **Item D.2.h** – A proporção de partos normais na rede SUS foi inferior a 70%;
43. **Item D.2.i** – Foram diagnosticados casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano de 2018 com exame anti-HIV realizado;
44. **Item D.2.j** – Falhas na infraestrutura das unidades de saúde do município;
45. **Item D.2.k** – O município não implantou o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus);
46. **Item D.2.l** – Os médicos não cumprem integralmente sua jornada de trabalho;
47. **Item D.2.m** – A Prefeitura não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde;
48. **Item D.2.n** – Coberturas de Campanhas de vacinação não atingiram 100%;
49. **Item D.2.o** – Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas;
50. **Item D.2.p** – Falhas verificadas na identificação e acompanhamento de Doenças Crônicas;
51. **Item D.2.q** – Falhas verificadas em relação à prevenção e combate às Drogas;
52. **Item D.2.r** – Falhas relacionadas à Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Saúde;
53. **Item E.1.a** - Nem toda a população do município é abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada;
54. **Item E.1.b** - Não existem Ações e Medidas de Contingenciamento, nem plano emergencial para fornecimento de água potável para os Períodos de Estiagem;
55. **Item E.1.c** - Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



56. **Item E.1.d** - O município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal;
57. **Item E.1.e** - O município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local;
58. **Item E.1.f** - Nem todos da prefeitura participaram de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares;
59. **Item E.1.g** - A prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil;
60. **Item E.1.h** - O município não possui controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana;
61. **Item F.1.a** - O município não utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres;
62. **Item F.1.b** - O município não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, atualizado;
63. **Item F.1.c** - Falhas verificadas na pavimentação e sinalização de vias públicas;
64. **Item G.1.1** - A Municipalidade comprometeu a integridade e a veracidade de dados disponibilizados ao público;
65. **Item G.1.1** – O site da Prefeitura não possui o Serviço de Informação ao Cidadão;
66. **Item G.2** – foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp;
67. **Item G.3.a** – Nas licitações que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação não há envolvimento de pessoal de TI, nem é utilizada métrica para determinar o tamanho do software a ser adquirido, melhorado ou para sua manutenção;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS



68. **Item G.3.b** – A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI;
69. **Item G.3.c** – A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI;
70. **Item G.3.d** – A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro;
71. **Item G.3.e** – A prefeitura municipal não possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais;
72. **Item G.3.f** – Falhas em relação ao armazenamento dos dados da Dívida Ativa;
73. **Item G.3.g** – O banco de dados de contribuintes para emissão de Nota Fiscal Eletrônica está em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas;
74. **Item G.3.h** – Não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas);
75. **Item G.3.i** – Publicação parcial dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos;
76. **Item H.2** – Desatendimento a Instruções e recomendações deste Tribunal de Contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-3, em 24 de junho de 2019.

**Marcela Oliveira Carvalho**  
Agente da Fiscalização

**Waldir Paula Batista**  
Agente da Fiscalização



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS

